

As *Institutiones grammaticae* de Prisciano de Cesareia no pensamento metalinguístico greco-romano

Fábio da Silva Fortes

Doutorando em Linguística (Letras Clássicas) pela UNICAMP

Professor Assistente de Língua Latina da UFRPE

fabiosfortes@yahoo.com.br

Resumo: O pensamento metalinguístico ocidental reconhece suas origens e vinculações em um número de disciplinas, especialmente nos estudos linguísticos do século XX. Contudo, é preciso reconhecer a pré-existência da metalinguagem a tais estudos, que se abrigaram, *lato sensu*, sob a rubrica de “Linguística moderna”. Nesse sentido, nosso artigo tem como meta reconhecer na gramática greco-romana também um *locus* profícuo para se entender as incursões sobre a linguagem humana em suas origens. No vasto espectro das produções gregas e romanas que se intitularam “gramaticais”, avulta a obra de Prisciano de Cesareia, cuja obra mais importante, *as Institutiones grammaticae*, é o nosso objeto neste trabalho: apresentamos suas relações com outras disciplinas antigas sobre a linguagem, seu programa de estudo da língua latina e sua repercussão posterior.

Palavras-chave: gramática, metalinguagem antiga, Prisciano

0 Introdução

A linguística, como qualquer outra ciência, constrói sobre o passado, e assim o faz não somente desafiando e reformulando doutrinas tradicionais, mas também desenvolvendo-as.

(Lyons, 1979, p. 3)

As palavras de um linguista de reconhecimento como o Lyons, na epígrafe acima, ecoam e reforçam uma certa tradição que se perpetua nos manuais que abordam a história da linguística: o consenso, mais ou menos homogêneo, de que, após sucessivos “progressos”, o relato “científico” dos fenômenos ligados à linguagem – atualmente sob a rubrica dos “estudos linguísticos” – seria a forma mais bem acabada do saber produzido pelos homens acerca de suas línguas e linguagens. Ainda, segundo

essa tradição, o estudo dos fenômenos ligados à linguagem somente teria obtido um tratamento verdadeiramente abrangente e sistemático após o advento da chamada Linguística moderna, cujo início ter-se-ia dado, sobretudo, com a publicação das obras de Saussure e o novo paradigma investigativo que seu pensamento implicou ao longo do século XX.

Entretanto, assumindo com Finley (1987, p. 4) que toda escrita da história é, em suma, também histórica, é nosso objetivo repensar a história das ideias linguísticas a partir da apresentação de um dos textos metalinguísticos fundadores da tradição gramatical no ocidente – As *Institutiones grammaticae*. O reconhecimento dessa historicidade implica, por um lado, compreender também a inserção desses estudos em seu contexto histórico, e, por outro, adotar, com Auroux (1992, p. 14), uma neutralidade epistemológica⁽ⁱ⁾ ao revisitar esses textos.

É nosso objetivo, assim, apresentar uma contextualização histórica e linguística desse monumental tratado gramatical da Antiguidade Tardia, considerando (i) as apreciações sobre linguagem feitas pelos autores antigos, em especial, Prisciano de Cesareia, gramático de Constantinopla a quem se reconhece a autoria das *Institutiones grammaticae*; (ii) as informações sobre o texto, a partir dos autores da filologia clássica e; (iii) as avaliações contemporâneas dos historiadores da Linguística.

1 A disciplina gramatical na Antiguidade Latina: um brevíssimo comentário

Embora seja compreensível que o interesse pela linguagem não seja privilégio do pensamento grego, em geral é no seio dessa civilização que se reconhecem as origens das formulações metalinguísticas de que os teóricos modernos da linguagem se consideram os herdeiros nos dias de hoje (cf. Robins, 1951, 1967; Mounin, 1970; Mattoso Camara, 1979; Weedwood, 2002). Essa crença de que os gregos teriam, em seu período de maior fecundidade intelectual, pensado sobre todas as coisas e demonstrado inequívoca superioridade nos saberes que tenham produzido, representa uma constante no pensamento ocidental desde a Antiguidade Latina, quando teria Horácio, no século I a.C., afirmado que “a cativa Grécia fez cativo o feroz vencedor e introduziu as artes no agreste Lácio”⁽ⁱⁱ⁾ (Hor. *Ep.* 2, 156-157) e também quando, no século VI, embora escrevesse em latim sobre essa língua, Prisciano prefacia sua gramática, mostrando sua admiração não pelos gramáticos latinos predecessores, mas pelos gregos, como Apolônio Díscolo (séc. II a.C.): “com efeito, o que de mais seguro que a arte de

Herodiano, o que de mais esclarecido que as buscas minuciosas de Apolônio, pode ser encontrado?⁽ⁱⁱⁱ⁾

Concordamos com Law (1993, p. 12) com o fato de que “a história do estudo da gramática entre os romanos exemplifica a força e continuidade da influência grega”^(iv), fato que se sustenta, por exemplo, com a atribuição que os próprios latinos faziam das origens dessa disciplina em seu território, após certo incidente envolvendo um filósofo grego: Crates de Malos, no século II a.C.. Segundo narrou Suetônio (64-140 a.C.), em *De grammaticis et rhetoribus*, o filósofo estóico teria quebrado a perna em uma missão diplomática, fato que o obrigou a permanecer na *urbs* dando palestras sobre Homero e os poetas gregos. Com isso, situava-se, também, desde a sua gênese, a ascendência do pensamento filosófico helenista sobre as reflexões gramaticais.

Por outro lado, convém esclarecer que, desde as primeiras formulações gregas acerca da linguagem, ainda no âmbito da filosofia, em obras como *Crátilo*, de Platão, *Da Interpretação*, de Aristóteles, e em muitos tratados de origem estóica, passando pelos gramáticos alexandrinos, como Dionísio Trácio (séc. II a.C.) e mesmo Apolônio Díscolo (séc. II a.C.), até chegar às obras de caráter metalinguístico produzidas no seio da latinidade, como o *De lingua Latina*, de Varrão (séc. I a.C.), ou mesmo a *Institutio oratoria*, de Quintiliano (séc. I), ou a *Ars minor* e *Ars maior*, de Donato (séc. IV), o pensamento metalinguístico sofreu importantes modificações que os autores lhe imprimiram à luz das necessidades de seu momento histórico e das demandas culturais e intelectuais em que essas obras foram escritas. O próprio termo *grammatiké* (γραμματική) revela profundas mudanças ao longo do tempo: inicialmente se referia à capacidade de decodificação da escrita, ou à leitura, passando a significar, posteriormente, o ensino das letras (γράμματα). Os estudos propriamente metalinguísticos eram realizados sob o prisma de outra disciplina, a *filosofia* (φιλοσοφία), que, na Grécia Antiga, englobava praticamente todas as esferas do conhecimento. Portanto, as observações mais antigas sobre a linguagem de que se tem notícia foram produzidas sob a insígnia das investigações filosóficas (pré-socráticas, retóricas, sofistas, platônicas etc.), até que fenômeno linguístico atingisse um *status* de autonomia epistemológica, fato ocorrido não antes do século III a.C., com os filósofos estóicos e, em II a.C., com os filólogos alexandrinos. (cf. Robins, 1967; Law, 1993; Baratin, 1994; Cantó, 1997).

Conforme destaca Robins (1951, p. 4), nas origens, as fronteiras entre gramática, filosofia, retórica, lógica, física, e mesmo metafísica não eram tão definidas, o que indica que um trabalho de seleção e organização precisa ser feito por quem hoje se

aproxima dos textos fundadores, no intuito de recortar-lhes os aspectos propriamente “lingüísticos”. Em outras palavras, os fatos da linguagem foram precedidos por um tratamento filosófico anterior: “aquele exame da linguagem nascido do esforço criativo do pensamento helênico se concretiza num exame metódico e específico da língua grega” (Neves, 2004, p. 117). A obra que hoje se considera exemplar na aplicação dos princípios filosóficos gregos ao exame de sua língua é a *Tékhne grammatiké*^(v) (*Τέχνη γραμματική*), de Dionísio Trácio, escrita no século II a.C., cuja concepção de gramática (“o conhecimento empírico do uso geral dos poetas e prosadores”^(vi)) estaria presente nos trabalhos latinos posteriores^(vii): em um primeiro momento, em Roma, a *ars grammatica* representou, por isso, um programa escolar voltado para a apresentação e comentário dos textos clássicos à juventude; e obteve uma especialização enquanto “teoria” ou “descrição linguística” somente muitos séculos depois, com o aparecimento de outras finalidades para seu estudo, como o aprendizado do latim como língua estrangeira ou a possibilidade de acesso a uma variante latina que havia muito não era falada pelo povo comum cotidianamente.

Nesse quadro, como estabelece Cantó (1997), em um estágio inicial, o estudo das obras antigas do cânon clássico (Homero, os filósofos e poetas gregos) fundamentou-se nos conceitos e métodos helenísticos^(viii), aplicados, em seguida, ao estudo das obras em latim. No período helenístico, o trabalho dos filólogos tinha como uma de suas preocupações centrais o estabelecimento dos manuscritos, para chegar a conclusões sobre a autenticidade de dada obra. Em um segundo período, em Roma, a abordagem dos textos antigos é parte de um programa mais abrangente de educação linguística, que se dividia entre a escola do *magister ludi* (aprendizado de leitura e escrita e cálculos fundamentais); *grammaticus* (estudo dos gêneros da poética) e *rhetor* (estudo e produção dos gêneros em prosa, etapa à qual ascendiam apenas uns poucos, após a tomada da toga viril, e que era imprescindível para a carreira forense). É em consequência do exercício da função de *grammaticus* que, a partir de notas de aula e anotações de curso, começaram a surgir manuais didáticos, as *artes grammaticae*, que estariam na gênese daquilo que mais tarde se chamaria “gramática” e que abarcariam, inicialmente, matérias de caráter descritivo da língua latina (os seus sons, as “partes do discurso” [*partes orationis*], os seus vícios e figuras), orientadas para obter a correção na leitura e escrita; e o estudo dos poetas, normalmente em formas de comentários de textos poéticos, escritos em verso, selecionados previamente de acordo com o cânon vigente. Portanto, na sua origem, o estudo da *grammatica* envolvia alguma reflexão

sobre a língua, mas somente com vistas ao domínio de determinado uso, e que não prescindia de uma prática paralela de leitura e crítica literária.

A especialização da gramática como estudo das línguas em si mesmas é fruto das profundas transformações sociais e culturais ocorridas no final da Antiguidade, sobretudo a partir do século IV. Conforme assinala Guerreira (1997), o Cristianismo promove rupturas essenciais que marcam o final do mundo antigo, e inaugura um conflito entre *paganismo* (conservador) e *cristianismo* (inovador) que culmina no século IV. Com Juliano (Flavius Claudius Iulianus 361-363), deu-se início a um processo de renascimento dos valores pagãos, seguida por uma fragmentação crescente do império, após Teodósio (Flavius Theodosius 379-395). Esse conservadorismo, por um lado, e a sensação de fragmentação não somente geográfica, mas também cultural, inspiraram uma revalorização das obras clássicas e propiciaram o cultivo de obras que delas se ocupassem, ou que tivessem como tema o aspecto educativo e a preservação das bases culturais da civilização romana, que se modificava com rapidez e que, aos olhos dos pagãos, estava desmoronando. Assim, a *grammatica* (e também a historiografia) seria um dos poucos gêneros herdados da Antiguidade que teria grande força nesse período, e seria a porta-voz da cultura antiga, ainda que pagã.

Law (1993) acrescenta que, já no final do século IV, os dois gêneros que compunham as *artes* (a descrição sumária da língua e o comentário) eram, em geral, produzidos pelos gramáticos, embora em obras independentes^(ix). No entanto, a partir desse período, os próprios gramáticos passaram a ser temas de comentários. Mudando o foco de um texto poético para um texto gramatical, os gramáticos produziram uma delimitação no escopo da disciplina, e, dessa forma, garantiram a sua sobrevivência: os estudos gramaticais de Donato, por exemplo, diferente do de um poeta clássico, não estavam ‘contaminados’ com o paganismo greco-romano, diante da nova visão cristã que começava a ser hegemônica na Europa.

Além desse, outro fator responsável pelo privilégio concedido à imanenência da análise linguística, a partir desse período, é o fato de que o crescente influxo de falantes não-nativos e as constantes mudanças linguísticas que isso implicava^(x) tornou necessária a existência de obras de maior fôlego e mais minuciosas, pois não poderiam, como a *Ars* de Donato, pressupor que o estudante da escola do *grammaticus* fosse sequer falante proficiente do latim clássico. Portanto, em vez de se manter como um estudo propedêutico à leitura e apreciação da poesia clássica, o estudo da gramática tornou-se um fim em si mesmo, pois era a língua – não mais a literatura – o que se

precisava dar a conhecer. É já neste momento que as *Institutiones grammaticae* encontram seus leitores e seu papel na cultura romana.

2 Uma gramática latina para falantes de grego e sua recepção no Ocidente

O historiador iluminista Edward Gibbon (1737-1794), em uma das mais vastas obras que se debruçam sobre a Antiguidade Latina, recupera o argumento tradicional de que, entre outros fatores, a chamada “decadência” de Roma tenha se devido à divisão do poder entre Roma e Constantinopla, cidade fundada por Constantino, em 330: “a corte bizantina assistiu com indiferença, talvez com prazer, à desonra de Roma, aos infortúnios da Itália, e à perda do Ocidente [...] o cisma nacional entre gregos e latinos alargou-se pela permanente diferença de língua e costumes, de interesses e até mesmo de religião” (Gibbon, 1997 [1788]: 443).

Se as diferenças linguísticas, culturais, sociais e religiosas, que sempre existiram entre as regiões romanizadas (do Ocidente) e as regiões de fala grega (do Oriente), eram até então amainadas por uma forte política de centralização em Roma, elas recrudesceriam após a fundação de Constantinopla e as instabilidades político-religiosas do século IV. Em outras palavras: as regiões ao ocidente de Roma tinham sido amplamente romanizadas, e o latim (ainda que diferente em vários aspectos da variedade clássica dos textos), dentro de algumas gerações, se tornara o principal veículo de comunicação administrativa e cultural, advindo disso a tradição de seu ensino nessas regiões. No oriente, entretanto, o grego ático tinha representado uma língua de administração e cultura desde o período helenístico, *status* nunca perdido totalmente, e tendia a se acentuar após a divisão do Império em duas regiões politicamente reconhecidas, o Império Romano do Ocidente, com sede em Roma, e o Império Romano do Oriente, com sede em Constantinopla (Bizâncio).

No entanto, ao contrário do que geralmente se pensa, a relação dos bizantinos com Roma é muito mais de continuidade do que de ruptura. Conforme destaca Robins (1993, p. 3-9), os bizantinos se reconheciam entre si como herdeiros dos valores de Roma, e assim se identificavam: *româioi* (“romanos”). Embora a maioria da população falasse o grego, em sua língua o adjetivo “helênico” se referia não ao seu momento presente, mas ao seu passado, à Grécia Antiga e à sua cultura, que, embora constantemente associados ao paganismo, eram ainda estudados e preservados com admiração e nostalgia. Dessa nostalgia e valorização da tradição greco-romana, surgia a necessidade de serem os guardiões da língua e literatura latina e grega, e de produzirem,

portanto, comentários, explicações, dicionários, gramáticas, livros didáticos. A escrita de tais gêneros (bem diferentes daqueles cultivados nos períodos áureos da cultura greco-romana) se justificava a partir da crença comum de que a tradição clássica, Roma, e, sobretudo, Atenas, representaram, no passado, civilizações únicas que atingiram o apogeu do pensamento humano – com os filósofos e poetas, como Platão, Aristóteles e, principalmente, Homero; que nunca poderiam ser igualados ou superados. Aos estudiosos bizantinos restavam, segundo essa crença, o estudo e a preservação de suas obras.

De acordo com Robins (1993: 3), com o enfraquecimento e conseqüente colapso do Império Romano Ocidental, Constantinopla viu-se encarregada de três responsabilidades principais: a continuação do antigo império que eles representavam, a defesa e propagação do Cristianismo^(xi), e a preservação da civilização, artes e pensamento grego, dos quais eram os herdeiros diretos. Por ter herdado e preservado a cultura greco-romana por quase mil anos^(xii), Constantinopla, no papel histórico de centro irradiador dessa cultura, produziu grandes obras em várias esferas do conhecimento, sobretudo em teologia, filologia, gramática e poética. Grande parte desses trabalhos foi escrita em língua grega, que já adquiria características que seriam as do grego moderno, tais como a mudança que substituiu o sistema tonal e quantitativo do grego clássico pelo sistema de acentuação de intensidade do grego contemporâneo: essas diferenças se constatam, por exemplo, pela coexistência de textos escritos em grego clássico (em gêneros mais formais) e textos, de caráter popular, escritos na chamada *koiné diálektos* (κοινή διάλεκτος), o dialeto padrão, falado cotidianamente, semelhante ao grego do Novo Testamento.

No entanto, sobretudo até o século VIII, tampouco pode ser desprezada a presença do latim em Constantinopla, fato que se constata com a escrita das *Institutiones grammaticae*, obra que, voltada para os aprendizes de latim nessa cidade, onde Prisciano teria exercido o ofício de *grammaticus*, representa uma das mais exaustivas do gênero jamais escritas sobre essa língua. De fato, no primeiro período da era bizantina, os trabalhos de maior importância social eram escritos em latim – após a inauguração por Constantino I, Constantinopla era a “Nova Roma”, cujos valores culturais buscavam se espelhar naqueles da *urbs*.

A gramática de Prisciano funcionava, portanto, como a obra de maior autoridade daquilo que se aceitava, nesse contexto, como gramatical para essa segunda língua e se manteve, por alguns séculos, como a obra de ensino mais aceita e estudada por aqueles que necessitavam conhecer o latim para fins profissionais, já que esse era o idioma

oficial da Igreja e da administração. Assim, essa obra tinha, inicialmente, os falantes de grego como público-alvo – fato que se comprova com os copiosos exemplos e contrastes entre as duas línguas presentes no corpo da gramática.

Como já deve ter ficado claro, embora em Constantinopla a língua de uso comum fosse uma variedade do grego derivada da *koiné*, nos primeiros séculos, o latim tinha sido declarado a língua oficial, por ocasião da fundação da cidade por imperadores que, no início, eram falantes de latim como língua materna. Disso auferimos que, por ocasião da escrita das *Institutiones*, nos séculos posteriores à fundação de Constantinopla, um grande número de falantes de grego deveria ter vivenciado, de uma forma ou de outra, a necessidade de se tornarem falantes igualmente proficientes em latim.

Como afirma Weedwood (2002, p.42), o início dos estudos do latim no contexto bizantino é algo incerto, pois, embora existam registros de exercícios de latim, as gramáticas latinas destinadas a falantes não-nativos pressupunham, em geral, um conhecimento já avançado da língua – o que não nos permite reiteirar o argumento comum de que o latim falado nunca tivesse se concretizado em ambientes de fala grega, até à época de Prisciano, no início do século VI. Ao contrário, concordamos com Weedwood (2002) que, por ser um grande centro difusor da cultura romana, pelo menos para determinadas camadas sociais, existia uma situação de *bilinguismo*, dada a importância política que o latim ainda teria até, pelo menos, o século VIII. Ou seja, enquanto Constantinopla realizou a função de capital do Império Romano – a “Nova Roma” – o latim permaneceu como língua falada e escrita pelos menos nos círculos mais elevados da administração romana. Justiniano (527-565), o imperador que moveu seus esforços, ainda que de forma vã, para reconquistar a parte ocidental do império, era um falante nativo de latim, um dos últimos imperadores nessa posição. A situação do latim no Império Bizantino somente declinaria após o século VIII, com a intensificação das diferenças religiosas entre a parte ocidental e oriental do Império e, em consequência delas, também políticas.

Dessa maneira, como afirma Robins (1993, p. 15): “essa era uma causa perdida; no século oitavo, aproximadamente, o latim, como língua falada, já estava extinto no Bizâncio.” Todavia, mesmo após a diminuição das demandas de seu ensino em Constantinopla, é interessante observar como a obra de Prisciano mudou suas finalidades e não perdeu sua relevância. Embora o intuito inicial parece ter sido mesmo o de servir como material de estudo de latim por falantes de grego do então Império Bizantino; após esse período, e sobretudo depois da chamada “Renascença Carolíngia”,

no século IX, a obra se tornou o manual mais autorizado e reputado para estudo do latim em boa parte da Europa Ocidental, à qual as gramáticas posteriores haveriam de fazer referência.

No Ocidente, a situação do ensino de latim era diversa. Como afirma Law (1986), até a Renascença Carolíngia (séc. IX), se observa a primazia da *Ars* de Donato e de seus comentários, como recursos essenciais para o ensino do latim, que já ocupava o papel de língua estrangeira, ainda que muito relevante, pois era a língua de intercâmbio entre diferentes povos e o idioma escrito oficial. Como os textos de Donato eram sintéticos (não oferecendo, por exemplo, todos os paradigmas verbais e nominais, necessários para que um falante não-nativo pudesse adquirir o sistema lingüístico em toda a sua complexidade), os gramáticos encarregados desse ensino produziram aqui e ali expansões didáticas da *Ars*, ou mesmo textos mais específicos sobre determinados temas. A *Ars*, os seus comentários e os textos mais específicos do tipo *regulae*^{xiii} destinavam-se, portanto, a suprir as demandas de ensino básico do latim.

Resultado de séculos de seu ensino escolar, por volta do século IX, a necessidade de elaboração de material de ensino básico de latim era bem menor. Law (1986) sustenta que gerações de alunos e professores, ao longo dos séculos VI e VII, já haviam consolidado o ensino e transmissão da língua latina medieval. Com a chamada “Renascença Carolíngia”, assistia-se a um reavivamento dos valores da cultura clássica greco-romana e, em consequência disso, à necessidade de se sofisticar o estudo do latim e sua literatura.

É nesse contexto que as *Institutiones grammaticae* se tornam, então, o grande modelo a ser estudado: tratava-se de um texto bastante abrangente, mas sem as adulterações medievais, presentes, por exemplo, nos difundidos comentários da *ars donatiana*. Tratava-se, portanto, de um verdadeiro canal de comunicação dos estudiosos medievais com as fontes clássicas: “O trabalho de Prisciano é mais que o final de uma era; ele é também a ponte entre a Antigüidade e a Idade Média nos estudos lingüísticos. [...] A gramática de Prisciano foi o fruto de um longo período de unidade greco-romana” (Robins, 1967: 62). Assim, como demonstra Law (1986), até o século IX, as *Institutiones* eram pouco conhecidas, mas a partir do ano 800, passaram a chamar atenção dos estudiosos e um número grande de cópias passou a ser feito. Alcuíno de York, abade de Tours entre 796 e 804, foi o primeiro gramático de que se tem registro a explorar as *Institutiones* em larga escala, tendo utilizado seu material para produzir os seus compêndios didáticos. É da região de Tours que datam as cópias medievais mais antigas das *Institutiones*.

A fortuna da obra de Prisciano no Ocidente – sobretudo da maior de todas elas, as *Institutiones* – pode ser verificado considerando-se, por exemplo, o número de manuscritos individuais existentes após esse período. Acredita-se terem existido centenas deles após o século IX. A edição *princeps* moderna é de 1470 e a edição disponível de maior acesso nos dias de hoje é a de Martin Hertz, que ocupa os volumes II e III da compilação do século XIX de Heinrich Keil, publicada em Leipzig, entre 1855-1859 (cf. Baratin, 1998).

Concordamos com Robins (1993), quando afirma que essa obra não apenas se tornou o principal livro de consulta dos estudiosos interessados na variante clássica do latim, ali descrita em profundidade, mas também representou o *corpus* descritivo, a partir do qual seria erguida a gramática especulativa escolástica, pelos estudiosos que, mais tarde, seriam conhecidos como *modistae*, em virtude do contributo teórico que desenvolveram dos *modi significandi* (“modos de significação”), que, por sua vez, representaram a primeira formulação explícita de uma teoria de gramática universal (cf. Gaquin, 1983; Covington, 1984; Robins, 1993).

3 O programa “linguístico” das *Institutiones grammaticae*

Examinando alguns autores do Oriente grego, Geiger (1999) retoma a controversa discussão acerca da pátria de Prisciano. De acordo com o epíteto presente em alguns dos códices dos manuscritos das *Institutiones*, o gramático seria originário de certa cidade chamada Cesaréia e exercido ofício de gramático em Constantinopla: *Priscianus Caesarensis doctor urbis Romae Constantinopolitanae* [Prisciano de Cesaréia, mestre na cidade romana de Constantinopla] e *Priscianus Caesarensis grammaticus*^(xiv). [Prisciano de Cesaréia, gramático].

No prefácio à edição de Keil (GLK, II), Martin Hertz destaca que o gramático é citado por apenas um de seus coetâneos conhecidos, Cassiodoro, na introdução de um capítulo de sua obra *De orthographia*: “do Prisciano gramático, que em nossa época foi mestre em Constantinopla”^(xv). Segundo o editor, seu nome completo seria *Priscianus Caesarensis Mauri*, o terceiro nome indicando a localização da sua presumida cidade de nascimento, na Mauritânia, norte da África.

Em estudo mais recente, no entanto, Geiger (1999) problematiza a cidade natal do gramático. Conforme destaca, havia pelo menos três cidades conhecidas como Cesaréia à época de Prisciano: na Capadócia, na Mauritânia e na Palestina. Entre elas, a Cesaréia da Capadócia parece ser o local menos provável, pois era um centro urbano de

pequena importância e com pouquíssimas conexões com a cultura latina. A Cesaréia da Mauritânia não parece ter sido um grande centro literário, embora não se possam questionar suas credenciais latinas. Na Cesaréia da Palestina, à época de Justiniano – no período, portanto, de atividade profissional do gramático – existiu uma renomada escola de direito romano e, como afirma Geiger (1999, p. 609), em Constantinopla, “podia-se fazer referência a essa cidade sem qualquer epíteto distintivo”.

Assim, conforme pretende mostrar Geiger (1999), embora sejam necessários mais detalhes para precisar a cidade em que o gramático teria nascido, existem indícios de que Prisciano fosse, realmente, dessa última cidade, e não da Mauritânia, como se acreditava tradicionalmente. Uma evidência a esse favor seria a questão lingüística: ao passo que haja mostras de que o gramático fosse familiar com as línguas orientais como o hebraico, o aramaico e o sírio; não existem, ao longo da obra, demonstrações de que o autor conhecesse de fato o púnico.

De qualquer forma, acredita-se que Prisciano tenha nascido pouco antes do início do século VI, pois, por volta de 512 a.C., teria escrito um panegírico ao imperador Anastácio: *De laude Anastasii imperatoris* (cf. Hertz, GLK, II, VIII). Suas obras conhecidas atualmente são, em primeiro lugar, três tratados sobre temas específicos: *De figuris numerorum* [sobre as representações figuradas dos números], *De metris fabularum Terentii* [Sobre a métrica das peças de Terêncio], *Praeexercitamina* [Exercícios preliminares], depois, entre 526 e 527, os dezoito livros das *Institutiones grammaticae*, e, então, dois outros tratados de caráter pedagógico: *Institutio de nomine et pronomine et uerbo* [Princípios sobre o nome, o pronome e o verbo] e as *Partitiones duodecim uersuum Aeneidos principalium* [Análise métrica dos primeiros versos de cada canto da Eneida].

De acordo com Weedwood (2002), as *Institutiones grammaticae* é a grande obra sobre a qual repousa a reputação de Prisciano, em que o gramático combinou informações do tipo *Schulgrammatik* (inspiradas em larga medida pela obra de Donato) e do tipo *regulae*, “construindo, desse modo, uma descrição praticamente completa (e ainda útil), reforçada com um amplo número de citações ilustrativas de autores literários” (Weedwood, 2002, p. 42). Conforme elenca Baratin (1998, p. 51), ao longo das *Institutiones*, vários autores gregos e latinos são tomados como *corpus* ilustrativo das análises apresentadas: entre os gregos, os mais citados são Homero e Demóstenes e, entre os latinos, Virgílio (sobretudo a *Eneida*), Terêncio, Plauto, Lucano, Juvenal, Horácio, Estácio, Cícero e Salústio.

Como vimos acima, as *Institutiones grammaticae* já não encontravam o mesmo público que teria lido a obra de Donato, no século IV, tampouco os aspirantes a oradores que teriam lido a *Institutio oratoria* de Quintiliano, no século I, menos ainda aqueles que teriam lido, no século II a.C., o tratado de Apolônio sobre a sintaxe. Por ser uma obra destinada, inicialmente, a leitores bilíngües, para quem o latim era uma segunda língua de grande prestígio político, as *Institutiones* se tornaram a obra de referência mais importante para o ensino e o aprendizado desse idioma.

Apesar de os dados filológicos disponíveis indicarem o curto espaço de um ano para sua escrita (entre 526-527), a obra compreende um conjunto vastíssimo, que recobre nas edições modernas cerca de mil páginas, que se dividem em dezoito livros que organizam a matéria lingüística mais ou menos de acordo com os níveis de análise hoje conhecidos como “fonética/fonologia”, “morfologia” e “sintaxe” – ainda que, como lembra Gaquin (1983, p. 7), “a sensação de desorganização em Prisciano é quase legendária”. De fato, essa crença provém dos filólogos do século XIX, que, estudando a obra de Apolônio Díscolo, *Peri Syntáxeōs* (Περὶ Συντάξεως)), identificaram também em seu seguidor mais preclaro a mesma “ausência de divisão metodológica clara dos fatos lingüísticos” (cf. Egger, 1854, p. 240 *apud* Gaquin, 1983, p. 7), como se fosse equívoco do gramático antigo, ao escrever sua obra, não ter tomado ciência dos procedimentos metodológicos adequados às disciplinas da linguagem no século XIX. Quanto a pré-julgamentos como esse, hoje considerados “quase legendários”, vale lembrar que, no que concerne aos autores antigos, muitas vezes, por mais que tenham almejado (ou não), a alguma notoriedade que lhes concederia a “imortalidade”, “não quiseram pronunciar a respeito de fatos situados num futuro tão remoto, tão distante deles quanto é a nossa contemporaneidade” (Pereira, 2004, p. 2).

Assim, diremos tão somente que o primeiro livro das *Institutiones* se debruça sobre a descrição dos sons da língua (*uox*), as letras que os representam (*litterae*) e, como o próprio gramático especifica em seu prefácio, papel desempenhado por eles nas declinações e na composição das palavras. O segundo livro se ocupa de alguns conceitos preliminares: o de sílaba (*syllaba*), suas propriedades e suas relações possíveis na língua latina, tendo em vista a sua expressão (*i.e.* quais podem coexistir com que letras e em qual ordem); o de palavra (*dictio*) e sua diferença da sílaba; o de oração (*oratio*), suas partes e propriedades; e, ainda, o de nome (*nomen*), suas propriedades, tipos, formação e elementos constitutivos. Em suma, o livro II introduz preocupações que hoje entendemos como estar no âmbito da “morfologia”, e que serão desenvolvidas na maior parte do texto de Prisciano.

O terceiro livro aborda o adjetivo, ou mais especificamente, os comparativos (*comparatiuum*) e superlativos (*superlatiuum*); os diminutivos (*diminutiuum*) e os seus paradigmas de declinação, formados a partir dos nomes (*ex quibus declinationibus nominum, quomodo formantur* [GLK, II, 3]). Entre outras categorias da morfologia da língua latina, o livro IV e V abordam os nomes que Prisciano categoriza como “denominativos” (*denominatiuum nomen*), as formais nominais, como o particípio (*participium*), assim como as categorias flexionais de gênero (*genus*), número (*numerus*) e caso (*casus*). O sexto livro apresenta particularidades do caso nominativo (*nominatiuus casus*) e o sétimo, dos demais casos.

A categoria dos verbos (*uerbum*) é trabalhada em quatro livros: no oitavo são discutidas as suas propriedades gerais; no nono, os princípios que regem as conjugações (*regulae omnium coniugationum*); no décimo se discute especificamente as particularidades do pretérito perfeito (*praeteritum perfectum*) e, finalmente, no décimo primeiro se aprofunda a discussão sobre as formas de particípio em latim.

Os pronomes (*pronomen*) são apresentados nos livros XII e XIII. As preposições (*praepositio*) são apresentadas no livro XIV. Na seqüência, o livro XV aborda os advérbios (*aduerbium*) e interjeições (*interiectio*); e o livro XVI, as conjunções (*coniunctio*).

Concluindo a obra, os livros XVII e XVIII – também conhecidos como *Priscianus minor* [Prisciano menor] –, abordam pela primeira vez na tradição latina de estudos metalingüísticos, temas que hoje seriam vistos como “sintáticos”: trata-se do que Prisciano chamou de “construção ou ordem das partes do discurso entre si” (*constructione siue ordinatione partium orationis inter se* [GLK, II, 4]). O termo latino *constructio*, que serve de título para o livro XVII, é uma tradução de *σύνταξις* (*σύνταξις*), que aparece pela primeira vez em Apolônio Díscolo (séc. II a.C.), cuja obra Prisciano cita como a sua fonte principal. De fato, como afirma Robins (1993, p. 100), em várias passagens, Prisciano parece estar traduzindo palavra por palavra do texto grego de Apolônio, substituindo por exemplos do latim.

No entanto, a mera presença desses livros na obra de Prisciano já revela em si uma importante diferenciação quanto ao modelo da *ars* latina, que, de modo diverso, teria, após a exposição das “partes do discurso” [*partes orationis*], elencado e exemplificado as figuras e vícios comuns da linguagem. Baratin (1994: 156) destaca que, em contraste com o modelo donatiano de *ars grammatica*, “Prisciano renuncia ao próprio título de *Ars* e prefere aquele de *Institutiones grammaticae*, e adota um plano

radicalmente novo, que é a origem da tripartição que conhecemos, novamente, como fonética, morfologia, sintaxe.”

4 Considerações finais

Não tivéssemos em mente a repercussão que as *Institutiones grammaticae* tiveram para o ensino e transmissão dos estudos clássicos ao longo da Idade Média e posterior a ela, ainda assim a obra teria o grande mérito do pioneirismo em se tratando de estudo metalinguístico. Nas palavras de Robins (1993, p. 88): “as *Institutiones* é a primeira gramática realmente abrangente de uma língua clássica européia”, o que ecoa a afirmação feita em outra obra, a de que Prisciano “representa o auge de todas as intenções expressas da maioria dos estudiosos romanos e gregos no campo da linguagem” (*idem*, 1967, p. 61). Somente essas palavras seriam suficientes para justificar o exame das condições históricas e culturais em que essa obra foi escrita e dos subsídios teórico-analíticos que ela forneceu aos estudiosos subsequentes e que ainda estão por ser descobertos.

i Notas

i () Conforme Auroux (1992: 14): “A neutralidade epistemológica decorre imediatamente de nossa forma de abordar o objeto: não faz parte de nosso papel dizer se isto é mais ciência do que aquilo, mesmo se nos acontecer de sustentar que isto ou aquilo é concebido como ciência, por esta ou aquela razão, segundo este ou aquele critério. (...) Que todo saber seja um produto histórico significa que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto”.

ii () *Graecia capta ferum uictorem cepit et artes/Intulit agresti Latio.* (Hor. *Ep.* 2, 156-157)

iii () *quid enim Herodiani artibus certius, quid Apollonii scrupulosis quaestionibus enucleatius possit inueniri?* (GLK, II, 1)

iv () Salvas indicações bibliográficas, todas as citações de autores estrangeiros recebem, em nosso texto, tradução nossa. Traduções de textos latinos apresentam original em notas para confronto.

v () Da *Tékhne* (*Τέχνη γραμματική*) é consensual entre os filólogos serem de Dionísio apenas os cinco capítulos iniciais, admitindo-se hoje que, possivelmente, o restante da obra se trate de uma formulação posterior, do século IV, que não pode ser visto como o ponto de partida dos desdobramentos gramaticais que se creditam ao trabalho de Dionísio. Embora tenha sido amplamente estudada, comentada e traduzida no Oriente grego, ela permaneceu praticamente desconhecida no Ocidente até sua primeira edição impressa, em 1727. (Para maiores desdobramentos dessa questão, cf. Robins [1993] e Weedwood [2002]).

vi () Γραμματική ἔστιν ἐμπειρία τῶν ποιητῶν τε καὶ συγγραφεῶν ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων.

vii () O filósofo Crates de Malos (da escola dos anomalistas de Pérgamo) é quem atribui, pela primeira vez, o significado de *grammaticus*/γραμματικός como *poetarum interpres*. A denominação *philologus*/φιλόλογος parece ser pela primeira vez empregada por Suetônio (*Gramm.* 10, 5). (Cf. Cantó, 1997). O conceito de Dionísio comparece em Varrão (séc. I. a.C.) e Quintiliano (séc. I). (cf. Robins, 1993).

viii () A abordagem da obra literária, segundo Dionísio Trácio (que ensinou em Rodes, entre 140a.C. e 90a.C), consistia em um comentário em seis partes: 1) leitura em voz alta; 2) explicação de figuras retóricas; 3) explicação de arcaísmos (*glossae*) e de dificuldades menores do texto; 4) etimologias;

5) analogias; 6) juízo de valor. Segundo Varrão (frag. 236 Fun), em quatro partes: *lectio*, *enarratio*, *emendatio*, e *iudicio*. (Para explicações mais completas, cf. Cantó, 1997).

^{ix} () A esse respeito, citamos, por exemplo, a conhecida *Ars* de Donato, escrita em duas versões, para atender a objetivos pedagógicos: a *Ars maior*, mais longa, e a *Ars minor*, um sumário telegráfico do conteúdo da primeira. Ao lado delas, Donato escreveu comentário a Virgílio e a Terêncio, dos quais chegou à modernidade integralmente apenas o segundo.

^x () Como afirma Robins (1967: 56): “Quão diferente o latim escrito aceitável estava se tornando pode ser visto através da comparação entre a gramática e o estilo de São Jerônimo, na tradução do século IV da Bíblia (A ‘vulgata’), na qual vários traços gramaticais das línguas românicas são antecipadas, com o latim preservado e descrito pelo gramáticos, dos quais, Donato, depois apenas de Prisciano, em reputação, tinha sido, de fato, o professor de São Jerônimo.”

^{xi} () Durante o período de Constantino, o Cristianismo foi inicialmente tolerado e depois aceito como religião oficial. Com Juliano, o apóstata, houve uma breve tentativa de restauração dos valores pagãos tradicionais, o que, no entanto, serviu para reforçar o domínio do Cristianismo no império. Vale lembrar que o Império Bizantino seria palco de várias controvérsias religiosas, muitas das quais em contraposição à Roma, que lhes renderam, no ano de 1054, o grande cisma que dividiria a Igreja Católica do Ocidente e a Igreja do Oriente. (Informações mais detalhadas em Lemerle [1991] e Robins [1993]).

^{xii} () O Império Bizantino (ou Império Romano do Oriente) terminaria, de fato, em 1453, com Constantino XI, mais de um milênio depois da fundação de Constantinopla e quase mil anos após o século de Justiniano (518-610), que são tomados, de forma não-consensual, como os marcos iniciais do Império Bizantino. (cf. Lemerle, 1991). Como comenta Robins (1993: 8): “após a queda de Constantinopla e o final absoluto do Império Romano, o Novo Mundo seria descoberto em menos de cinquenta anos depois, em 1492, e, por consenso geral, ali nasceria a Europa e a história moderna”.

^{xiii} () Conforme Law (1986), os textos do tipo *regulae* (em oposição à *Schulgrammatik*), eram mais livros de consulta que método de estudo sistemático. Suas características principais são: continham numerosos paradigmas e exemplos (*regulae*), porque foram originalmente desenvolvidas para mostrar as analogias; as *partes orationis* são, geralmente, apresentadas de forma menos sistemática e completa.

^{xiv} () De acordo com o aparato crítico da edição de Keil (GLK, II), são esses os títulos introdutórios, respectivamente, do *codex Caroliruhensis* e do *Sangallensis*, respectivamente. Como sabemos, são conhecidos cerca de 700 manuscritos da obra. (Cf. Geiger, 1999).

^{xv} () *ex Prisciano grammatico, qui nostro tempore Constantinopoli Romae doctor fuit.* (GLK, II, VIII)

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. Da Gramática de Prisciano à Gramática de João de Barros: As Partes da Oração nas *Institutiones Grammaticae* e na *Gramática da Língua Portuguesa*. *Revista Portuguesa de Humanidades*, vol. 5, 2001, pp. 135-162.

BARATIN, M. Sur la structure des grammaires antiques. In: DE CLERQ, J. & DESMET, P. [edit.] *Florilegium historiographiae linguisticae – Études d’historiographie de la linguistique et de grammaire comparée à la mémoire de Maurice Leroy*. Peeters: Louvain-la-Neuve, 1994.

BARATIN, M. *et al.* Corpus representatif des grammaires e des traditions linguistiques. In: *Histoire, Epistemologie, Langage*, vol. 2, 1998, pp. 35-51.

BUTTENWIESER, H. Popular authors of the Middle Ages: the testimony of the manuscripts. *Speculum*, vol. 17, n. 1, 1942, pp. 50-55.

COVINGTON, Michael A. *Syntactic Theory in High Middle Ages*. Cambridge, 1984.

DONOVAN, M. J. Priscian and the Obscurity of the Ancients. *Speculum*, vol. 36, n. 1, 1961, pp.75-80.

GAQUIN, A. P. *Elements of theoretical Linguistics in Priscian's Institutiones*. Tese de Doutorado. Yale University, 1983.

GEIGER, Joseph. Some Latin authors from the Greek East. *The Classical Quaterly*, New Series, vol. 49, n. 2, 1999, pp. 606-617.

GIBBON, E. *Declínio e queda do Império Romano*. Edição abreviada. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LAW, V. *History of linguistic thought in the early Middle Ages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins., 1993.

_____. Late Latin grammars in the Early Middle Ages: a typological history. *Historiographia linguistica XIII: 2/3*. Amsterdam: John Benjamins, 1986, pp. 365-380.

LEMERLE, P. *História do Bizâncio*. Tradução de Marilene P. Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LIMA, A. D. *Uma estranha língua? Questões de linguagem e de método*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

NEVES, M. H. M. *A vertente grega da Gramática Tradicional*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

PEREIRA, M. A. *Quintiliano Gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. São Paulo: Humanitas, 2006.

PRISCIANO. *Institutionum grammaticarum libri XIV, XV & XVI*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*. Leipzig: Georg Olms Verlagsbuchhandlung Hildesheim., 1961 [1865].

ROBINS, R. H. *Ancient & mediaeval grammatical theory in Europe*. Londres: G. Bell & Sons, 1951.

_____. *A short history of Linguistics*. Londres: Longmans, 1967.

_____. *The Byzantine Grammarians – their place in History*. Nova York: Mouton de Gruyter, 1993.

WEEDWOOD, B. *História concisa da lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.